

Reflexões sobre o surgimento do Ensino Superior no Brasil, a cultura do bacharelismo e o silenciamento do assédio moral em meio acadêmico

 **Aline Oliveira Gomes da Silva**¹

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil

 **Katya Luciane de Oliveira**²

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo contribuir por meio de uma avaliação crítica para reflexões sobre o surgimento do Ensino Superior no Brasil, a cultura do bacharelismo, o não reconhecimento do estudo enquanto trabalho e conseqüentemente, o não reconhecimento do assédio moral que ocorre com estudantes em meio acadêmico. O método consistiu em revisão bibliográfica a partir de autores que são referências nos temas abordados. Ao abordar o não reconhecimento do assédio moral, o artigo explora as razões históricas, culturais e estruturais que contribuem para a falta de conscientização e da criação de políticas e medidas eficazes para combater esse problema. Destaca-se a necessidade de mudanças culturais e institucionais para promover um ambiente acadêmico mais saudável, inclusivo e consciente do impacto do assédio moral em meio acadêmico.

Palavras-chave: Assédio moral. Ensino superior. Bacharelismo. Silenciamento.

Reflections on the emergence of Higher Education in Brazil, the culture of bachelor's degrees and the silencing of moral harassment in academia

Abstract

This article aims to contribute to reflections on the emergence of Higher Education in Brazil, the culture of bacharelismo, the lack of recognition of studying as work, and consequently, the lack of recognition of moral harassment that occurs with students in the academic environment. The method consisted of a literature review based on authors who are references in the addressed topics. In addressing the non-recognition of moral harassment, the article explores the historical, cultural, and structural reasons that contribute to the lack of awareness and the creation of effective policies and measures to combat this issue. The need for cultural and institutional changes to promote a healthier, inclusive, and aware academic environment of the impact of moral harassment in the academic setting is emphasized.

Keywords: Moral harassment. Higher education. Bachelor culture. Silencing.

1 Introdução

As instituições de ensino deveriam se configurar enquanto um local no qual os estudantes se sintam seguros para aprender, debater, participar da vida estudantil e desempenhar todas as atividades que precisam ser realizadas no decorrer de sua formação. Dado ao seu caráter social e múltiplo, as instituições e os espaços,

em geral, podem vir a se tornar hostis com os seus frequentadores, isso pode ocorrer por conta de diferentes fatores como, por exemplo, divergências pessoais, posicionamento político, raça, gênero, concepções de ciência, de estado, de democracia, entre outros (Bourdieu, 2017; Prestes; Jezine, 2021). Um estudante que venha a sofrer violência em sua instituição de ensino possivelmente será prejudicado no seu processo de aprendizagem, no seu psiquismo e nas suas habilidades sociais. Além de alguns tipos de violência, o assédio moral tem se constituído como uma forma de violência sutil e ainda é pouco pesquisado no Ensino Superior.

Pesquisas que analisam as consequências do assédio moral têm indicado que essa violência pode ser responsável por problemas como absenteísmo/desmotivação (Cunha; Vieira; Oliveira, 2021; Flores *et al.*, 2016; Guarini *et al.*, 2021) depressão (Pereira, 2011; Ribeiro *et al.*, 2020), uso e abuso de substâncias (Felix Júnior; Schlindwein; Calheiros, 2016; Soares; Ferreira, 2017) suicídio (Feitosa; Silveira; Almeida, 2014; Silva, 2019; Soares; Oliveira, 2012), entre outros. Os dados e as pesquisas sobre o tema em questão, sofrido por estudantes no Ensino Superior, ainda são escassos de modo que, diante disso é relevante realizar pesquisas sobre o tema a fim de contribuir para o desvelamento e reflexões que envolvem este tipo de violência no ambiente acadêmico.

A partir disso, este artigo tem como objetivo contribuir para reflexões sobre o surgimento do Ensino Superior no Brasil, a cultura do bacharelismo, o não reconhecimento do estudo enquanto trabalho e conseqüentemente, o silenciamento em relação ao assédio moral que ocorre com estudantes em meio acadêmico. Para atingir o objetivo do trabalho, o método consistiu em revisão bibliográfica narrativa focada nas pesquisas de autores que são considerados como referências nos temas abordados e também em pesquisas recentes realizadas sobre assédio moral a partir das seguintes bases de dados científicos: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Google Acadêmico. Ao abordar o não reconhecimento do assédio moral, o artigo explora as razões históricas, culturais e estruturais que contribuem para a falta de conscientização e da criação de políticas e medidas eficazes para combater esse problema. Ao término da pesquisa destacou-se a necessidade de não apenas mudanças culturais, mas também a necessidade de políticas e iniciativas que fomentem o combate a esse tipo de violência de modo que o Ensino Superior se torne mais inclusivo e consciente do impacto do assédio moral em meio acadêmico.

2 O Surgimento do Ensino Superior no Brasil e a cultura do bacharelismo

A universidade de Bolonha foi fundada em 1088 na cidade de Bolonha na Itália e é considerada a universidade mais antiga do mundo, embora existam escolas/academias mais antigas que se desdobravam em torno da formação intelectual humana como por exemplo, a academia de Atenas (384/383 a.C.). No Brasil, o surgimento do Ensino Superior aconteceu tardiamente. Para compreender o porquê desse surgimento tardio é necessário destacar que, enquanto a maioria dos países da América Latina foi colonizada pela Espanha, o Brasil foi colonizado por Portugal, que proibiu a abertura de instituições de Ensino Superior no Brasil enquanto a Espanha incentivou essa prática em suas colônias (Simões, 2013).

Portugal considerava a abertura de universidades no Brasil como algo perigoso para seus interesses, ou seja, a manutenção do Brasil enquanto colônia. A primeira universidade da América Latina foi a Universidade Nacional Maior de São Marcos, fundada em 1551 em Lima no Peru. No mesmo período, no Brasil, eram distribuídas bolsas para alguns filhos de colonos para que fossem realizar seus estudos em Coimbra. Cabe ressaltar também que a Espanha ainda no século XVI contava com quase uma dezena de universidades, com destaque para a Universidade de Salamanca que contava com 6 mil alunos e com mais recursos para propiciar a abertura dessas instituições nas suas colônias (Cunha, 2007).

Isso prejudicou o desenvolvimento de algumas áreas de conhecimento no Brasil, como da Matemática. Simões (2013) aponta que a Universidade de Coimbra estava atrasada no que tange ao rigor científico em relação a essa área. Diante disso, os brasileiros que estudaram, lá, iniciaram o ensino de Matemática no Brasil a partir de tendências e práticas consideradas não científicas na época. A presente autora destaca ainda que isso prejudicou a formação de matemáticos no Brasil naquele período.

Enquanto os países colonizados pela Espanha contavam com universidades já no século XIV, no Brasil, predominaram os colégios jesuítas e os primeiros cursos superiores além dos ofertados pelas escolas jesuítas, que foram fundados apenas em 1808, e abrangiam os seguintes cursos: Medicina em Salvador/BA, Engenharia na cidade do Rio de Janeiro/RJ e o de Direito na cidade de Olinda/PE nas denominadas Escolas Superiores. Destaca-se que isso só foi possível devido à vinda da família real para o Brasil e a elevação do Brasil a reino, também se salienta que graças ao domínio de Napoleão em Portugal e parte da Europa, naquele período, não

era possível que os estudantes do Brasil fossem realizar seus estudos na Europa como costumavam fazer antes (Costa; Rauber, 2009; Cunha, 2000; Simões, 2013).

Entretanto, alguns pesquisadores (Rothen, 2008; Simões, 2013) discordam disso, pois eles argumentam que mesmo sem o reconhecimento de Portugal, algumas escolas jesuítas funcionavam como verdadeiras faculdades, haja vista que havia a permissão de que os jesuítas ofertassem cursos de Filosofia e de Teologia e há também relatos sobre a existência de uma “faculdade de matemática” em meados do século XVIII, mas essa não era reconhecida ou autorizada por Portugal. Evidencia-se que o medo que a coroa tinha em relação a fundação de universidades no Brasil está ligado ao pensamento de que as ideias iluministas estavam presentes neste tipo de ambiente e, portanto, tenderiam a fomentar ideias de independência nos estudantes nas colônias.

Conforme salienta Rothen (2008), apenas no começo do século XX foram criadas as faculdades de filosofia a fim de formar professores para o ensino secundário do país. Mas o perfil das Escolas Superiores e das Faculdades criadas no país era voltado à formação de profissionais liberais e a instituição era predominantemente elitizada, sendo frequentada por uma pequena parcela da população de modo que foi uma instituição criada pela elite, para a elite e com a finalidade de preparar profissionalmente a elite. Isso fica evidente que, quando após a Proclamação da República em 1889, os dirigentes políticos e os que assumiam cargos em repartições públicas costumavam ser apenas aqueles que tinham diploma de bacharelado, de modo que esse período ficou conhecido como a república dos bacharéis. Apesar da cultura do bacharelismo ter predominado na primeira república, segundo Freyre (1936), ela foi realmente marcante por conta da figura de Dom Pedro II que representava o bacharelismo e promoveu uma intensa valorização da formação superior, porém essa cultura do bacharelismo surgiu anteriormente na história do país:

[...] o bacharel não apareceu no Brasil com Dom Pedro II é a sombra das palmeiras imperiais plantadas por el-Rei seu avô. [...]. Entretanto, é do século seguinte que data verdadeiramente a ascensão do homem formado na vida política e social da colônia. Gonzaga, Claudio, os dois Alvarenga, Basílio da Gama marcam esse prestígio mais acentuado do bacharel na sociedade colonial; a intervenção mais franca do letrado ou do clérigo na política. Marcam, ao mesmo tempo, o triunfo político de outro elemento na vida brasileira - o homem fino da cidade. Eles são de aristocracia dos sobrados: mas uma nova aristocracia de sobrado, diversa da comercial. Aristocracia de toga e de beca (Freyre, 1936, p. 304-305).

À vista disso, a consequência é que, em países pobres, a educação se constituiu enquanto uma forma de verticalização social, posto que ela representa possibilidade de ascensão social e, conseqüentemente poder, em vez de simbolizar e promover a universalização do conhecimento e da cultura. Na primeira república, muitas famílias menos abastadas fizeram sacrifícios econômicos para que um de seus membros pudesse estudar e se tornasse bacharel a fim de conseguir um bom emprego, haja vista que os melhores empregos, principalmente os cargos públicos, eram destinados aos bacharéis (Figueira, 2018). Essas primeiras faculdades eram frequentadas principalmente por jovens das classes sociais mais elevadas, contribuindo para a concentração de poder e conhecimento nas mãos de uma elite. A educação superior era inacessível para a maioria da população devido a barreiras socioeconômicas, o que perpetuava a exclusividade do ensino para a elite.

Ao longo do tempo, a expansão do Ensino Superior no Brasil ocorreu de maneira gradual, mas a herança elitista persistiu em muitas instituições. A cultura do bacharelismo, mencionada anteriormente, também reforçou essa ideia de formação acadêmica como um privilégio para poucos, contribuindo para a criação de uma divisão social baseada no acesso à educação de qualidade (Cunha, 2000). Sob uma perspectiva analítica é possível observar que nos últimos anos, esforços têm sido feitos para democratizar o acesso ao Ensino Superior no Brasil, com a implementação de políticas de cotas, programas de financiamento estudantil e a expansão de universidades públicas. No entanto, a questão da elitização do ensino superior ainda é um desafio a ser enfrentado para garantir uma educação mais inclusiva e equitativa.

Diante do exposto, é notável que, no Brasil, a universidade nasce como uma instituição que ajuda na manutenção e traz uma nova legitimação da hierarquia social, enquanto o ideal seria que essas instituições possuíssem como finalidade, desde o início, a formação de uma cultura nacional, a elevação dela no país, a realização de pesquisas científicas, entre outras. Dessa maneira, tanto no decorrer do império como na primeira república, a formação universitária e a cultura do bacharelismo, embora às vezes possibilitasse a ascensão de estudantes menos abastados, contribuiu principalmente para a manutenção do poder das elites:

A velha aristocracia, o predomínio do campo sobre as cidades, passa aos poucos a ser substituído pela “nobreza togada”, por um poder vindo da educação superior e do anel de doutor. Interessante destacar nesse instante são os termos “substituído” e “poder vindo da educação superior”, pois

substituir não é sinônimo de inovar e nem o poder advindo da educação superior é sinônimo de emancipação (Figueira, 2018, p. 8).

Essa situação serviu para embasar a noção que ainda hoje muitos possuem de que os funcionários públicos parasitam o estado. A valorização da formação acadêmica também é explicada “pela supervalorização de tal atributo herdada de nossos colonizadores portugueses que legitimavam o poder por meio dos títulos nobiliárquicos de barão, visconde, conde, marquês e duque e, na falta desses, dos acadêmicos de bacharel e de doutor (Cruz; Martins, 2006, p. 3). O bacharelismo passa a ser mais questionado a partir de 1920 com o advento do modernismo, posto que os intelectuais ou homens de letras, como eram chamados¹, começam a questionar a cultura do empreguismo e do interesse apenas nos próprios ganhos em detrimento do interesse pelo bem comum e da formação de uma cultura nacional (Figueira, 2018).

Posteriormente, houve a tentativa de criação de universidades que se enquadrassem realmente dentro da concepção de universidade e não apenas de instituições que ofertassem Ensino Superior. Porém, essas iniciativas não partiram do governo federal, mas culminaram na “criação da Universidade de Manaus (1909), São Paulo (1911), Curitiba (1912), que posteriormente foram extintas por não terem o apoio político e financeiro do Governo Federal” (Brito; Cunha, 2014, p. 49). Assim, o Brasil ofertou Ensino Superior sem a existência de uma universidade de fato por mais de 100 anos. Apenas por meio da Reforma Carlos Maximiliano e do Decreto n. 11.530, de 1915, que foi criada em 1920 a Universidade do Rio de Janeiro (Fávero, 2006). Ainda de acordo com Brito e Cunha (2014), a Universidade do Rio de Janeiro apenas conseguiu se estabilizar como Universidade por ter sido criada com respaldo legal pelo presidente Epitácio Pessoa.

A partir da Era Vargas que começa em 1930, após a Revolução de 1930, com a criação do Ministério da Educação e da Saúde e com os decretos de Francisco Campos, inicia-se uma nova fase para as universidades. Um marco importante foi a reforma realizada por Francisco Campos que era Ministro da Educação em 1931, pois essa ela norteou os rumos do Ensino Superior no país, tendo em conta que por meio dela foram criados o Conselho Nacional de Educação e da organização do En-

¹ Os homens de letras da primeira república foram os intelectuais que se concentraram em defender a criação de uma cultura nacional e combater os exageros e privilégios sociais e econômicos oriundos do bacharelismo. Eles produziram muitas críticas por meio da arte, literatura e por meio de estudos sobre o país. Alguns dos homens de letras foram João Ribeiro, Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graça Aranha. Uma obra marcante que satiriza o bacharelismo é “O Homem que Falava Javanês” de Lima Barreto.

sino Superior no Brasil e a adoção do regime universitário (Decreto nº19.850) (Brasil, 1931a), o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº19851) (Brasil, 1931b) e o decreto lei que dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº19.852) (Brasil, 1931c). Tais regulamentações nortearam como ocorreria a expansão e a organização do Ensino Superior no país.

A breve contextualização realizada sobre o surgimento do Ensino Superior e da Universidade, no país, fez-se necessária, posto que as características que cercaram a criação do Ensino Superior no Brasil podem ser relacionadas ao fato de que o assédio moral no ensino superior não é facilmente tão identificado e ainda não é tão estudado quanto o assédio moral que ocorre nos ambientes de trabalho – emprego formal. Possivelmente, a sua gravidade não costuma ser levada em conta porque as pessoas tendem a compreender mais a violência/sofrimento gerado no ambiente de trabalho nos quais as pessoas estão empregadas formalmente do que em ambientes nos quais são desenvolvidos trabalhos que não são considerados empregos formais, como no caso das instituições de ensino e da profissão estudante, posto que esses produzem trabalho intelectual, porém sem relação formal registrada de emprego, que pode ser uma herança do dito empreguismo que emergiu junto ao bacharelismo no Brasil no final do império e na primeira república.

3 Assédio Moral no Ensino Superior e seu silenciamento

O assédio moral (AM) é uma violência interpessoal e que se manifesta por meio de atos violentos de natureza psicológica. É caracterizado como uma ação humana que ocorre entre pessoas que precisam se relacionar em ambientes nos quais, por meio da convivência, inevitavelmente, evidenciam-se diferenças (estas podem ser hierárquicas, de gênero, econômicas, sociais, culturais, raciais, entre outras) a meio dos sujeitos (Barreto, 2005; Hirigoyen, 2011; Leymann, 1989). O primeiro pesquisador a tentar analisar cientificamente o assédio moral foi Heinz Leymann que publicou em 1989 o livro, ainda sem tradução para o português, *Når Livet Slår Till*. Nessa obra, o autor utiliza pela primeira vez, a palavra *Mobbing* que na língua sueca e na língua inglesa passa a significar assédio moral. O autor prossegue com as pesquisas sobre o tema e publica “*Mobbing: psychoterror am arbeitsplatz*” (*Mobbing: a perseguição no trabalho*) no ano de 1993. Nessa obra, ele utiliza o termo *psychoterror* para caracterizar o que ocorria nas situações em que as pessoas passam a ser alvos de assédio moral no trabalho (Cunha; Vieira; Oliveira, 2021; Leymann,

1989, 1993; Soares, 2012).

As pesquisas sobre o assédio moral começaram a se destacar ainda mais, a partir de 1998, com a publicação do livro *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*, escrito por Marie-France Hirigoyen (Barreto; 2005; Paixão *et al.*, 2013). Segundo Hirigoyen (2011), as pessoas que são vítimas do assédio moral acabam tendo seu psiquismo alterado de maneira duradoura, ou seja, o que ela pensa e o que ela sente é prejudicado por essa violência. A vítima, por vezes, duvida de si mesma e é levada a pensar que é a culpada pelas situações de assédio que sofreu. Esse processo culmina em destruição moral que pode levar à doença mental ou ao suicídio. Diante desse contexto, o assédio moral começa com comportamentos perversos por parte do agressor, pois leva o agredido a perder a autoestima e pode também chegar a culminar em abuso sexual.

Um ponto importante a ser destacado é que violência se diferencia do bullying porque não costuma ocorrer entre os pares, mas sim entre pessoas que se encontram em diferentes níveis de hierarquia, ou seja, o agressor se encontra em uma posição superior à da vítima. Outra questão importante na ocorrência do bullying e do assédio moral é que aquele, normalmente, a vítima escolhida pelo agressor ou pelo grupo de agressores é a pessoa considerada fraca pelo grupo, dado que escolhem o colega da turma que possui alguma diferença considerada enquanto fraqueza, logo é essa característica que coloca a vítima em uma situação de relação de poder com seus agressores. A vítima de bullying é considerada inferior aos seus agressores por características físicas, pela ausência de popularidade, por ser considerada incompetente socialmente, por ser tímida, por ser pobre, por não ser considerada dentro dos padrões de beleza, entre outros (Pereira; William, 2010).

Já no assédio moral, tem se destacado o contrário: normalmente as vítimas se tornaram vítimas por serem pessoas que, no ambiente de trabalho, questionam as atitudes dos superiores, denunciam acontecimentos que não concordam, como o autoritarismo da empresa ou do chefe, práticas que ocorrem no cotidiano dela, e assim por diante. É essa capacidade de reação que leva a vítima a se tornar um alvo. As vítimas também tendem a ser pessoas perfeccionistas ou viciadas em trabalho, o que as faz sofrerem ainda mais quando são atacadas dentro do ambiente de trabalho, já que ele se constitui enquanto uma esfera de muita importância na vida dessas pessoas (Hirigoyen, 2011).

Nas escolas e universidades, o assédio moral pode ocorrer de aluno para aluno, nesse caso, é chamado de assédio horizontal e pode ocorrer também de pro-

fessor para aluno, sendo que, nessa situação, trata-se de assédio vertical. Este último caso recebe tal denominação posto que na instituição o professor se encontra em uma situação de poder para com o aluno, levando-se em conta que é ele quem norteia os meios avaliativos pelo qual o estudante será considerado apto ou não na disciplina ou atividade (estágios, projetos, no meio de outros) que necessite desempenhar, ou seja, o docente depara-se em uma posição superior à do discente nessa configuração. Há, também, estudos que apontam a ocorrência desse abuso de professores para servidores, servidores para professores e de aluno para professores nas universidades privadas, haja vista que neste tipo de instituição, a lógica capitalista coloca o aluno como um cliente da instituição enquanto o professor seria seu empregado (Andrade; Assis, 2018; Caran *et al.*, 2010).

Diante de tantas divisões, hierarquizações, classificações e competição as instituições de Ensino Superior se transformam em locais com uma configuração que tende a propiciar a ocorrência de assédio moral, posto que há inúmeras relações de subordinação que podem ou não, alternarem-se em diferentes momentos. Nas pesquisas encontradas (Caran *et al.*, 2010; Guimarães; Cançado; Lima, 2016; Guimarães *et al.*, 2017; Sanchez Ramos, 2020; Valente; Sequeira, 2015), cujo foco consistiu em investigar a ocorrência de assédio moral no Ensino Superior, os dados apontaram a ocorrência de atos em que o assediador intimidou, ofendeu, gritou, criticou, impediu discussão aberta, direcionou ou proibiu homenagens feitas pelos alunos. O agressor também usou uma possível demissão da vítima como chantagem ou ameaça, humilhou, desvalorizou ou promoveu a exclusão do assediado por considerar que seu currículo não era relevante ou por considerar a formação da pessoa como sendo de outra área – menos importante. Impôs trabalhos para os subordinados menos titulados, considerando o critério da titulação como determinante para a distribuição de atividades recusadas por outros professores com qualificação mais alta, isto é, usufruiu do trabalho alheio para destaque pessoal (Caran *et al.*, 2010; Guimarães; Cançado; Lima, 2016; Guimarães *et al.*, 2017; Sanchez Ramos, 2020; Valente; Sequeira, 2015).

No Brasil, destacam-se as investigações realizadas por Barreto (2005). Essa autora iniciou suas pesquisas por meio do conceito de humilhação no trabalho e essa nomenclatura surgiu a partir de uma entrevista que ela realizou, cujo participante revelou que sofria uma “jornada de humilhações”. Em sua pesquisa, a autora em questão destaca que sempre teve como objetivo em seus estudos sobre o tema tentar ajudar os trabalhadores vítimas de assédio moral a saírem do palco da vitimiza-

ção, compreender a gênese que envolve esse tipo de violência, a fim de que esse conhecimento propiciasse emancipação aos trabalhadores (Barreto, 2005, p. 1).

Um ponto importante presente nas pesquisas de Barreto (2005) é o questionamento sobre a definição costumeiramente empregada ao conceito de assédio moral, posto que essa violência costuma ser definida como atos repetitivos de violência, mas quanto a isso a autora traz importantes reflexões: “Por que esse tipo de violência deveria ser tolerado mais de uma vez? Por que esses atos devem ser tolerados?” (Barreto, 2005, p. 64). Destaca-se também que a autora não concorda com tendência da literatura internacional que indica que as pessoas que cometem assédio moral sejam narcisistas, inseguras, autoritárias ou invejosas, mas sim que seguem uma lógica social que permite esse tipo de violência com os trabalhadores e com subordinados em geral.

A presente argumentista (Barreto, 2005) salienta ainda que os assediadores podem possuir todas essas características narcisistas, mas que elas são fomentadas principalmente por uma lógica da produção no capitalismo e que as instituições ajudam a criar esse perfil nas chefias. Diante disso, as instituições são também responsáveis pela violência, assédio moral, principalmente aquelas que não realizam campanhas buscando orientar, evitar e prevenir esse tipo de violência (Barreto, 2005).

Cabe destacar que no Brasil, historicamente, o trabalho – emprego formal – sempre foi levado mais em conta do que os outros tipos de trabalho, como o trabalho doméstico – desenvolvido em sua maioria pelas donas de casa - e o trabalho intelectual – desenvolvido pelos estudantes no decorrer de sua formação. Isso também pode ser explicado, entre outros fatores, pela influência higienista na educação e cultura brasileira. A definição de pessoa dita ‘normal’, segundo os manuais higienistas do começo do século XX, costumavam trazer que uma pessoa normal é aquela que tem aptidão para o trabalho, que não tem ideias extremistas, que não tem dificuldades para seguir as leis (Garcia, 2011; Silva, 2017).

Uma situação que costuma ser recorrente na atualidade, ocorre quando as pessoas, principalmente jovens em situações desfavorecidas ou em atitudes ditas “suspeitas”, especialmente nas periferias das grandes cidades, são abordados pela polícia ou outras autoridades. Na abordagem policial, quando ocorre as chamadas batidas ou revistas de segurança, normalmente a primeira frase que costumam dizer, repetidas vezes, para tentar se defender é “eu sou trabalhador”, muitos inclusive costumam portar a carteira de trabalho como documento de identificação oficial, em

vez de levarem consigo o Registro Geral (R.G.) (Coimbra; Nascimento, 2005; Marins, 1998; Maria, 2021).

O estudo não é visto como trabalho porque geralmente não envolve a mesma dinâmica e remuneração que o trabalho tradicional. Estudar é uma atividade voltada para a aquisição de conhecimento, desenvolvimento de habilidades e obtenção de qualificações acadêmicas. Enquanto o trabalho é geralmente associado a uma atividade remunerada que visa atender às necessidades financeiras e contribuir para a economia, o estudo é mais voltado para o crescimento pessoal e profissional. Embora estudar possa exigir esforço e dedicação, não é considerado uma ocupação remunerada no sentido tradicional. Além disso, estudar, muitas vezes, é visto como uma preparação para o trabalho, uma etapa anterior à entrada no mercado de trabalho. É comum que as pessoas estudem para adquirir as habilidades e conhecimentos necessários para exercer uma profissão específica.

Trabalhar, muitas vezes, é valorizado quando gera resultados tangíveis e imediatos. O estudo, especialmente em níveis mais abstratos e reflexivos, pode não gerar resultados imediatos e visíveis, o que pode levar à percepção de que não é um trabalho real ou tangível. Outro ponto importante é em relação à remuneração, o trabalho em sua concepção tradicional é frequentemente associado à remuneração financeira. Como os estudantes geralmente não recebem salários enquanto estão estudando, isso pode contribuir para a visão de que os estudantes não estão desenvolvendo um trabalho quando estudam.

No entanto, é importante reconhecer o valor da formação acadêmica como um investimento no desenvolvimento pessoal e profissional. Estudar pode abrir portas para oportunidades de emprego, promover o crescimento intelectual e contribuir para o avanço da sociedade como um todo. Portanto, embora o estudo não seja visto como trabalho formal no sentido tradicional, é uma atividade essencial para o progresso individual e coletivo. A partir desse histórico e por conta da escassez de pesquisas sobre assédio moral no Ensino Superior, que é definido como uma forma de violência que pode ser tanto explícita e agressiva quanto sutil e recorrente (Hirigoyen, 2014, 2011) ou ocorrer apenas uma vez (Barreto, 2005), é possível inferir que quando ele ocorre na Universidade e as vítimas são os estudantes, essa violência não é identificada enquanto Assédio Moral porque as pessoas não consideram que o estudante esteja trabalhando.

É necessário considerar o ambiente acadêmico como local de trabalho do estudante, haja vista que, conforme aponta Marx (2004), trabalho é toda ação huma-

na em relação à natureza com o objetivo de produzir ou modificar algo, ou seja, é toda ação realizada pelos seres humanos para transformar a natureza e produzir bens e serviços necessários para a sobrevivência e o desenvolvimento da sociedade. A partir desta perspectiva, o trabalho não se limita apenas às atividades remuneradas realizadas dentro de um ambiente de trabalho formal. O conceito de trabalho deve incluir todas as formas de atividade produtiva, como o trabalho doméstico, o trabalho artístico, o trabalho intelectual e até mesmo o trabalho voluntário.

Desse modo, o trabalho dos estudantes é aprender, posto que produzem conhecimento por meio do seu trabalho, que consiste em estudar, ainda que estudar seja um trabalho improdutivo, ou seja, que não gere lucro econômico diretamente e imediatamente para alguém. A partir disso, portanto, a instituição de ensino superior se configura como o local de trabalho do estudante. A falta de reconhecimento do estudo enquanto trabalho pode ser uma das causas da demora em identificar assédio moral contra estudantes no Ensino Superior.

Segundo Caran *et al.* (2010), outros pontos que podem também estar relacionados ao não reconhecimento do assédio moral no contexto acadêmico podem ser os seguintes: Cultura de competição, hierarquia e poder desequilibrado, falta de conscientização e medo de prejudicar a reputação. O meio acadêmico muitas vezes é caracterizado pela competitividade intensa, onde a pressão para produzir resultados e alcançar reconhecimento é alta. Isso pode levar a um ambiente propício para comportamentos abusivos, onde o assédio moral pode ser normalizado ou até mesmo incentivado (Bourdieu, 2017). Nesse meio, o discurso meritocrático pode ser utilizado para relativizar e fundamentar cobranças e perseguições abusivas para com os estudantes.

Em relação à hierarquia e poder desequilibrado ocorre que o meio acadêmico é frequentemente estruturado em uma hierarquia, com professores, orientadores e pesquisadores mais experientes exercendo autoridade sobre estudantes e pesquisadores menos experientes. Esse desequilíbrio de poder pode dificultar a identificação e denúncia de casos de assédio moral, pois as vítimas podem temer represálias ou consequências negativas em suas carreiras (Rodrigues; Freitas, 2014; Schwartzman, 2007). No que tange à falta de conscientização e treinamento, boa parte das instituições podem não fornecer treinamento adequado sobre assédio moral e suas formas de manifestação. Isso pode levar a uma falta de conscientização sobre o tema e dificultar a identificação e ação contra o assédio moral.

Outro ponto importante é o medo de prejudicar a reputação, os estudantes podem relutar em relatar casos de assédio moral no meio acadêmico devido ao medo de prejudicar sua reputação ou a reputação da instituição. Isso pode levar a uma subnotificação dos casos, conforme destaca o estudo feito por Haile e Santos, 2021, e à perpetuação do problema e suas consequências. Em síntese, na atualidade, as estruturas hierárquicas presentes nas instituições de Ensino Superior podem contribuir para a ocorrência de assédio moral (Cunha; Vieira; Oliveira, 2021). A busca por reconhecimento, a competição por recursos escassos e a pressão por produtividade acadêmica podem levar a comportamentos inadequados por parte de professores, pesquisadores e até mesmo entre os próprios estudantes.

4 Considerações Finais

No Brasil, o bacharelismo tem sido historicamente valorizado como uma forma de ascensão social e acesso a melhores oportunidades de emprego. A obtenção de um diploma de bacharel é frequentemente considerada uma conquista significativa e um requisito para o sucesso profissional em muitas áreas, como direito, medicina, engenharia, administração, dentre outras. Por exemplo, pode levar a uma desvalorização de outras formas de conhecimento e habilidades que não são necessariamente adquiridas por meio de um diploma universitário. Além disso, pode criar uma pressão social para que os indivíduos busquem diplomas universitários, mesmo que não seja a melhor opção para suas habilidades e interesses pessoais.

A relação entre bacharelismo e assédio moral no meio acadêmico pode ser complexa e variada. O bacharelismo, como mencionado anteriormente, é a valorização excessiva do diploma de bacharel como um símbolo de status e sucesso. No contexto acadêmico, isso pode criar uma hierarquia de poder, onde aqueles com diplomas superiores são vistos como superiores e têm mais autoridade. Essa dinâmica de poder pode contribuir para o surgimento de situações de assédio moral no meio acadêmico (o ambiente acadêmico produz uma relação de poder desigual). Nesse cenário, o assédio moral é caracterizado por comportamentos abusivos, humilhantes, intimidantes ou discriminatórios, que podem ser direcionados a estudantes, professores ou funcionários.

Sendo assim, no contexto do bacharelismo, aqueles que possuem diplomas superiores podem abusar de seu poder e status para menosprezar, humilhar ou discriminar aqueles que não possuem o mesmo nível de formação. Isso pode criar um

ambiente tóxico e prejudicial, onde o assédio moral é perpetuado. É importante destacar que nem todas as situações de assédio moral estão necessariamente ligadas ao bacharelismo, e o assédio moral pode ocorrer em qualquer contexto. No entanto, a cultura do bacharelismo pode contribuir para a criação de um ambiente propício ao assédio moral no meio acadêmico.

Para enfrentar o não reconhecimento do assédio moral no meio acadêmico, são necessárias mudanças culturais, políticas e estruturais. Isso inclui a implementação de políticas institucionais claras contra o assédio moral, a promoção de uma cultura mais colaborativa e inclusiva, além de esforços para desmistificar o mito do bacharelismo e promover uma educação superior mais comprometida com as necessidades da sociedade. Para combater o assédio moral, é fundamental promover uma cultura de respeito, igualdade e valorização de todas as formas de conhecimento e habilidades. Instituições acadêmicas devem implementar políticas claras de combate ao assédio moral, oferecer suporte às vítimas e promover a conscientização sobre o tema.

Face as considerações trazidas, a análise da linha histórica parecem conduzir a uma ideia de que o silenciamento do assédio moral é algo estruturante constituído historicamente ao longo dos anos. Trata-se de um fenômeno com lastros históricos que quiçá com os enfrentamentos necessários, inclusive com produção acadêmica e a discussão aberta desse fenômeno no meio acadêmico é que teremos mudanças no modo como a sociedade ‘tolera’ esse tipo de violência.

Referências

ANDRADE, Cristiane Batista; ASSIS, Simone Gonçalves. Assédio moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 43, n. 11, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000012917>

BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Assédio moral: a violência sutil - análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil**. 2005. 236 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 19.850 de 11 de abril de 1931**. Cria o Conselho Nacional de Educação. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1931a. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1931v1625p/pdf36.pdf> Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 19.851 de 11 de abril de 1931**. Estatuto das universidades brasileiras. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1931b. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1931vl625p/pdf37.pdf> Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 19.852 de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1931c. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1931vl625p/pdf39.pdf> Acesso em: 15 nov. 2023.

BRITO, Talamira Taita Rodrigues; CUNHA, Ana Maria de Oliveira. Revisitando a história da Universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência. **APRENDER**: caderno de filosofia e psicologia da educação, Candeias, v. 1, n. 12, 2014. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3105> Acesso em: 27 nov. 2023.

CARAN, Vânia Cláudia Spoti; SECCO, Iara Aparecida de Oliveira; BARBOSA, Dulce Aparecida; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. Assédio moral entre docentes de instituição pública de ensino superior do Brasil. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 23, n. 6, p. 737-44, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002010000600004>

COIMBRA, Celina M. B.; NASCIMENTO, Maria Livia. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **JOVENes**: revista de estudos sobre juventud, México, v. 9, n. 22, p. 338-355, jan./jun. 2005.

COSTA, Everton de Brito Oliveira; RAUBER, Pedro. História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil. **Revista Jurídica UNIGRAN**, Dourados, v. 11, n. 21, p. 241-253, 2009.

CRUZ, Breno de Paula Andrade; MARTINS, Paulo Emílio Matos. O poder do bacharel no espaço organizacional brasileiro: relendo raízes do Brasil e Sobrados e Mucambos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 1-9, out. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512006000300005>

CUNHA, Luis Fellipe Lira; VIEIRA, Fernando de Oliveira; OLIVEIRA, Lorena Esteves. Assédio moral no trabalho: uma análise das causas e consequências do fenômeno de acordo com artigos indexados na base CAPES e no site ABET entre 2009 e 2019. **Estudos de Administração e Sociedade**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 08-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/eas.v6i1.50390>

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã**: o ensino superior, da colônia à era Vargas. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino superior e universidade no Brasil. *In*: VEIGA, Cynhia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, maio/jun. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>

FEITOSA, Rúbia Mara Maia; SILVEIRA, Lia Carneiro; ALMEIDA, Arisa Nara Saldanha de. Contextos de uma pesquisa: reflexões sobre o sofrimento psíquico do trabalhador. **Revista de Enfermagem da UFPE**, Recife, v. 9, supl. 1, p. 271-9, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v9i1a10336p271-279-2015>

FELIX JUNIOR, Itamar José; SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Dal Castel, CALHEIROS, Paulo Renato Vitória. A relação entre o uso de drogas e o trabalho: uma revisão de literatura PSI. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 104-122, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451846425007> Acesso em: 5 nov. 2021.

FIGUEIRA, Luiz Felipe Gomes. Os bacharéis da Primeira República, a República dos bacharéis. **Revista Pontes**, Paranaíba, v. 1, p. 1-17, 2018.

FLORES, Laís Israel; VILELA, Laiza Oliveira; BORELLI, Laura Moreira; GOULART JÚNIOR, Edward; CAMARGO, Mário Lázaro. O absentéismo enquanto indicador para o processo de gestão de pessoas nas organizações e de atenção à saúde do trabalhador. **Revista Laborativa**, Assis, v. 5, n. 2, p. 45-63, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. São Paulo: Nacional, 1936.

GARCIA, Débora Kelly Herculano Machado. **A imagem da mulher trabalhadora retratada pela arte e o modelo de trabalho feminino apregoado pelo movimento de higiene mental**. 2011. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

GUARINI, Andresa Di Fazio; SALOMÃO, Marcela Cortez; BORTOLI, Fabrizio; CARDOSO, Jair Aparecido. Comunicação e treinamento para mitigação do assédio moral nas relações de trabalho. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 28107-28120, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n3-500>

GUIMARÃES, Carmelita Angélica; CANÇADO, Vera L.; LIMA, Reginaldo de Jesus C. Workplace moral harassment and its consequences: a case study in a federal higher education institution. **RAUSP Management Journal**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 151-164, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5700/rausp1231>

GUIMARÃES, Ludmila de Vasconcelos Machado; FARIA, Renata Caetano Vieira de; FERREIRA, Débora Teixeira Barreiros; PENA, Breno Ferreira. Assédio no contexto educacional: uma possibilidade de manifestação perversa. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 52-63, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.16.1.52-63>

HAILE, Vanessa de Oliveira; SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar. Assédio e o abuso no ensino superior: das agressões à omissão institucional. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 11, n. 21, 2021. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/1083> Acesso em: 28 nov. 2023.

HIRIGOYEN, Marie France. **Assédio moral**: a violência perversa do cotidiano. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no trabalho**: redefinindo o assédio moral. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LEYMANN, Heinz. **Mobbing-psychoterror am arbeitsplatz und was man dagegen tun kann**. Ham burg: Rowohlt Verlag, 1993.

LEYMANN, Heinz. **Når livet slår till**. Stockholm: Natur & Kultur, 1989.

MARIA, Sílvia. Carteira de emprego n bolso de uma pessoa negra pode proteger sua vida diante de um policial? **Carta Capital**, São Paulo, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/carteira-de-emprego-no-bolso-de-pessoas-negras-pode-protoger-suas-vidas-diantes-de-um-policial/> Acesso em: 9 out. 2021.

MARINS, Paulo. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCHENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. v. 3.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

PAIXÃO, Roberto Brasileiro; MELO, Daniel Reis Armond; SOUZA-SILVA, Jader Cristino; CERQUINHO, Kleomara Gomes. Por que ocorre? Como lidar? A percepção de professores de graduação em Administração sobre o assédio moral. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 516-529, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5700/rausp1103>

PEREIRA, Ana Carina Stelko; WILLIAN, Lúcia Cavalcante Albuquerque. Reflexões sobre o conceito escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100005 Acesso em: 1 set. 2021.

PEREIRA, Luciano. O trabalho em causa na “epidemia depressiva”. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 67-95, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100004>

PRESTES, Emília Maria da Trindade; JEZINE, Edineide. Interface da violência com a evasão e exclusão na educação superior. **Revista Eletrônica de Educação REVEDUC**, São Carlos, v. 15, p. 3828021, 2021. doi: <https://doi.org/10.14244/198271993828>

RIBEIRO, Wanderson Alves; MARCHI, Marcelo Viana; MARINS, Sabrina Almeida; GONÇALVES, Thaís Alexandre da Silva. Fatores de risco para a depressão no cotidiano da equipe de Enfermagem no âmbito hospitalar. **Research, Society and Development**, Irajubá, v. 9, n. 8, p. e16985287-e16985287, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5287>

RODRIGUES, Míriam; FREITAS, Maria Ester. Assédio moral nas instituições de ensino superior: um estudo sobre as condições organizacionais que favorecem sua ocorrência. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 284-301, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-39518275>

ROTHEN, José Carlos. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 141-160, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38581> Acesso em: 9 out. 2023.

SANCHEZ RAMOS, Maria Eugenia. El mobbing entre congéneres en las instituciones educativas. **Revista Iberoamericana para la Investigación y el Desarrollo Educativo**, Guadalajara, v. 10, n. 20, jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.23913/ride.v10i20.589>

SCHWRTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Pubit Soluções Editoriais, 2007.

SILVA, Daniel Augusto. A autoestima e o comportamento suicida em estudantes universitários: uma revisão da literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, São Paulo, n. 23, p. e422-e422, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e422.2019>

SILVA, Poliana Moreira. **Movimento higienista: construção da figura feminina**. 2017. 35 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SIMÕES, Maria Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 136-152, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17783> Acesso em: 25 nov. 2023.

SOARES, Angelo. As origens do conceito de assédio moral no trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, p. 284-286, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000200009>

SOARES, Angelo; OLIVEIRA, Juliana Andrade. Assédio moral no trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 195-202, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000200002>

SOARES, Kelma Jaqueline; FERREIRA, Mário César. A relação entre trabalho e alcoolismo. **Trabalho (En) Cena**, Palma, v. 2, n. 2, p. 50-69, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/2526-1487V2N2P50>

VALENTE, Geilsa Soraia Cavalcanti; SEQUEIRA, Carlos Alberto da Cruz. A organização do trabalho docente e ocorrência de assédio moral no ensino público superior de enfermagem. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. 2, p. 123-128, fev. 2015. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602015000100021&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 28 nov. 2021.

¹ **Aline Oliveira Gomes da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5992-3334>

Professora de Educação Física na Prefeitura de Londrina, Graduada em Pedagogia e em Educação Física pela Unopar e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutoranda em Educação, Mestra em Educação (2019) e Mestra em Ciências Sociais (2018) também pela UEL.

Contribuição de autoria: Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação, Metodologia e Visualização.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0869727854459086>

e-mail: aline131290@hotmail.com

² **Katya Luciane de Oliveira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2030-500X>

Psicóloga com mestrado em Psicologia na área de concentração avaliação psicológica no contexto escolar e educacional, pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade São Francisco. Doutora em Psicologia, Desenvolvimento Humano e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado em Avaliação Psicológica pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade São Francisco. Professora Associada do Departamento de Psicologia e Psicanálise/PPSIC, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia e do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Londrina.

Contribuição de autoria: Conceituação, Escrita – Revisão e Edição, Metodologia e Supervisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4705886258107687>

E-mail: katyauel@gmail.com

Como citar este artigo (ABNT):

SILVA, A. O. G.; OLIVEIRA, K. L. Reflexões sobre o surgimento do Ensino Superior no Brasil, a cultura do bacharelismo e o silenciamento do assédio moral em meio acadêmico. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 4, p. e023018, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51281/impa.e023018>

*Recebido em 30 de novembro de 2023
Aprovado em 08 de dezembro de 2023
Publicado em 20 de dezembro de 2023*